

**Artigo****Ensino de ditadura civil-militar em tempos de “Escola Sem Partido”****Teaching of civil-military dictatorship in times of “School Without Party”****José Airton de Farias*¹, Danielle Rodrigues de Oliveira**²**

*Instituto Federal do Ceará (IFCE), Fortaleza-CE, Brasil

**Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil

Resumo

Este artigo aborda como a organização Escola Sem Partido (ESP) trata o ensino da ditadura civil-militar. As estratégias, objetivos e atuações da ESP são avaliados, bem como é traçada uma discussão historiográfica sobre as memórias em debate acerca da ditadura civil-militar. A metodologia está embasada na análise de algumas fontes documentais produzidas pela ESP, objetivando refinar a compreensão das forças sociais e dos sujeitos envolvidos com o movimento e com os interesses subjacentes ao seu discurso. Assim, problematiza o modo escolar e acadêmico de lidar com o ensino da ditadura civil-militar, percebendo que, ao contrário da necessidade de um debate democrático sobre o processo de ensino, a ESP defende o retorno de visões que corroboram com a ditadura típica dos anos 60 e 70. Diante disso, o estudo de temas traumáticos permanece relevante nos dias atuais e, apesar das pressões feitas pela ESP e por outras forças conservadoras, a ditadura civil-militar deve ser abordada de forma crítica, sendo problematizada em suas diferentes versões a partir dos conflitos de memória.

Abstract

This article discusses how the organization No Party School (ESP) deals with the teaching of civil-military dictatorship. The strategies, objectives and actions of the ESP are evaluated, as well as a historiographical discussion about the memoirs in debate about the civil-military dictatorship. The methodology is based on the analysis of some documentary sources produced by the ESP, aiming to refine the understanding of the social forces and the subjects involved with the movement and with the interests underlying its discourse. Thus, it problematizes the academic and academic way of dealing with the teaching of the civil-military dictatorship, realizing that, contrary to the need for a democratic debate about the teaching process, ESP defends the return of

¹ Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa *Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*.

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-3066-7194>E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

² Professora-tutora do Instituto Universidade Virtual/UFC/UAB. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-0505-7252>E-mail: danifaced@gmail.com

visions about the typical dictatorship of the 60's In spite of the pressures made by ESP and other conservative forces, the civil-military dictatorship must be approached in a critical way, being problematized in its different versions from the memory conflicts.

Keywords: Dictatorship, History teaching – Brazil, History - 1964/1985.

Palavras-chave: Ditadura, Ensino de História – Brasil, História - 1964/1985.

Introdução

Em entrevista à jornalista Leda Nagle, publicada em seu canal do *YouTube*, a 11 de setembro de 2017, um dos mais populares cantores do País, Zezé de Camargo, afirmou que o Brasil nunca vivera uma ditadura militar.

Vou falar um absurdo para você, as pessoas vão me criticar, jornalistas vão falar de mim, achar que sou um maluco. O Brasil lutou muito pela democracia. Eu fico com pena de como nossos políticos usaram aquela liberdade que conquistamos ao sair do militarismo, e muita gente confunde militarismo com ditadura. Todo mundo falava que vivíamos em uma ditadura, mas nós não vivíamos em uma ditadura, vivíamos no militarismo vigiado. Ditadura é Venezuela, Cuba, Hungria, Coreia do Norte, China, até o Chile com Pinochet. O Brasil nunca chegou a ser uma ditadura.³

A afirmação provocou impacto na imprensa e nas redes sociais. Diversos setores da sociedade criticaram o cantor sertanejo, questionando a fragilidade de sua argumentação⁴. Não obstante, observando-se os comentários de internautas nas redes sociais, a exemplo de *Facebook* e *Twitter*, não foram poucos os que concordaram com o cantor. Tais concordâncias não são casos isolados. Como professores, cada vez mais percebemos em sala de aula a difusão de visões que não apenas negam que tenha havido uma ditadura militar no Brasil entre 1964-85, mas que também afirmam que esse período teria sido de “prosperidade e benefícios” para a sociedade. Essas abordagens, em rigor, não são tão novas assim. Expressam, sim, um discurso comum dos anos 1960-70, discurso endossado e transmitido pela própria ditadura. Um discurso posteriormente posto de lado, visto que diversos setores sociais passaram a demonizar os governos dos militares quando do processo de distensão do regime e redemocratização do País, a partir do final dos anos de 1970 e década de 1980, ainda que tivessem apoiado e se beneficiado do período de exceção (AARÃO, 2014).

Com a chegada das esquerdas⁵ ao comando do Brasil na década

³ Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/gente,zeze-di-camargo-diz-que-nao-houve-ditadura-no-brasil-viviamos-um-militarismo-vigiado,70001988846>>. Acesso em: 23/09/2017.

⁴ Zezé Di Camargo é detonado após afirmar que não houve ditadura no Brasil e dispara na internet. Disponível em: <<http://www.otvfoco.com.br/zeze-di-camargo-e-duramente-criticado-por-internautas-apos-afirmar-que-nao-houve-ditadura-no-brasil/>>. Acesso em: 23/09/2017.

⁵ Adotamos neste artigo as categorias clássicas de direitas, centros e esquerdas. Por direitas entenderemos as forças conservadoras, avessas a mudanças e dispostas a manter a ordem capitalista. Por centros compreenderemos as tendências da moderação e conciliação, que, ante as circunstâncias, podem se inclinar favoravelmente às reformas, desde que dentro da “lei

passada, com suas contradições, virtudes e equívocos, e com o acirramento das disputas políticas que culminariam no *impeachment* /golpe da presidenta Dilma Roussef, em 2016, grupos mais à direita passaram a exaltar a ditadura, a ponto de pedir mesmo intervenção militar no País. Dessa forma, acirrou-se o embate de versões e memórias sobre a ditadura. A sala de aula não ficou imune a esse embate. Como afirma Verena Alberti (2015), a escola é um palco onde também as sociedades disputam memórias possíveis sobre si mesmas. Exercendo o magistério há anos, cada vez mais comumente vemos colegas professores sendo alvo de questionamentos e até reprimendas por parte de alunos, diretores, coordenadores e pais sobre o conteúdo das aulas de História. Acreditamos que a crítica e o diálogo são elementos que enriquecem o processo educativo. Mas não é este o caso. Os docentes estão sendo acusados de “doutrinadores” e de distorcer a “verdade histórica” em nome de uma ideologia “esquerdizante”. Embora não possamos dimensionar quantitativamente o fenômeno, percebemos um processo conflituoso acerca do ensino da ditadura civil-militar no exercício do magistério.

Um dos principais canais para essa intimidação e constrangimento encontra-se no que é denominado de “Escola Sem Partido” (ESP), que por meio da internet, mídias, palestras e propositura de leis, busca defender o que chama de “valores morais da família e da juventude” contra a “doutrinação”, a qual estaria se realizando nas escolas, especialmente pelos professores das ciências humanas, como os de História. De certo modo, as pretensões da ESP estão sendo parcialmente atingidas, como veremos adiante. O objetivo deste artigo é discutir como os adeptos da “Escola Sem Partido” concebem a maneira “ideal” de se ensinar o período histórico chamado de ditadura civil-militar (1964-85), ressaltando-se que tal concepção retoma visões que já circulavam em determinados setores da sociedade em décadas passadas, estando, pois, longe de ser um debate que estimule abordagens historiográficas mais recentes, diversificadas e amplas sobre o período ou que escape a estereótipos e senso comum.

Pensamento e atuação da “Escola Sem Partido”

A “Escola Sem Partido” (ESP) foi criada em 2004, tendo à sua frente Miguel Nagib, procurador do Estado de São Paulo. Nagib comumente pronuncia-se na mídia sobre os temas de interesse da ESP – pelo *site* desta, não são conhecidos outros líderes, apenas colaboradores, daí porque Eveline Algebaile (2017, p.63) classificou a “Escola Sem Partido” de organização e não de movimento. Ou seja, embora expresse a perspectiva ideológica conservadora de parte da sociedade, a ESP em si apresenta uma liderança personalista e centralizada em Nagib, que demonstra ampla autonomia nas proposições e atuações da organização.

O *site*, por sinal, é um dos principais veículos de propagação do ideário da ESP, no objetivo de combater e “dar visibilidade à instrumentalização do

e da ordem”, ou podem apoiar as soluções de força para deter as reformas. Por esquerdas entenderemos os setores favoráveis às mudanças em nome da justiça e do progresso sociais, podendo mesmo defender a criação do socialismo. As expressões serão usadas no plural, pois compreendemos que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais, como no caso dos grupos armados brasileiros durante a Ditadura (BOBBIO, 1999).

ensino para fins políticos, ideológicos e partidários”.⁶ Dessa forma, se estaria atento ao que “atacasse as convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas” das famílias. Tal objetivo, como se percebe, é por demais vago, o que permite enquadrar qualquer manifestação da qual discordem o líder da organização e seus seguidores. No *site* há um mecanismo para monitorar e denunciar a atuação de professores, atividades escolares e materiais educativos que abordem certos temas dentro do processo formativo escolar, sobremaneira questões acerca de gênero, orientação sexual, modelos familiares e crítica às contradições das sociedades capitalistas. Chega-se mesmo a fornecer modelos de anteprojetos de leis federais, estaduais e municipais para que autoridades constituídas institucionalizem os ideários da ESP no combate à “doutrinação político-ideológica”. Não por acaso, em vários municípios do País, propostas semelhantes foram apresentadas, algumas sendo mesmo aprovadas⁷. Em geral, os defensores das propostas da ESP são políticos conservadores. Tais políticos chegam a aparecer no *site* como colaboradores da organização. Aqui, mostra-se uma das contradições da ESP: se diz contra partidos e ideologias, mas recorre a partidos, de cunho ideológico de direita, para implementar suas propostas.

Além do *site* e da atuação político-partidária-ideológica institucional, a ESP busca inserir artigos de opinião em diversos veículos de comunicação e realizar debates em espaços acadêmicos, religiosos, parlamentares, etc. Normalmente, em tais espaços, não há possibilidade para a contra argumentação. Uma estratégia típica da ESP é usar termos jocosos, ofensivos, panfletários, agressivos e depreciativos dos que discordam de seu ideário. A ESP, assim, almeja transparecer que apresenta grande capilaridade social, que expressa espontaneamente a sociedade, quando, na verdade, busca massificar sua atuação de forma orquestrada para atrair simpatizantes e convencer a sociedade dos “perigos” que estariam correndo crianças e jovens nas escolas. Como o *site* não abre espaço para outros pontos de vista, as denúncias ali apresentadas (artigos, vídeos, postagens, etc.) são superdimensionadas, como se todos os professores, ou boa parte deles, estivessem realmente fazendo “doutrinação esquerdista” em sala de aula.

País, alunos e ex-estudantes são convocados a contribuir no *site* com denúncias e provas e os “denunciados” são expostos publicamente, sem nenhuma chance de defesa ou explicação prévia. Cria-se, assim, uma pressão social e uma desconfiança e desvalorização das práticas e saberes dos professores, intimidação e constrangimento, com consequências desastrosas para o processo educativo e mesmo convivência dentro do espaço escolar. As denúncias estimulam mais acusações, difundindo-se um clima de suspeição sobre o trabalho docente. Coincidência ou não, tornou-se comum, nos últimos anos, em redes sociais e nos comentários dos leitores em portais de notícias, postagem apoiando a repressão a greves⁸ e até agressões a professores⁹,

⁶ Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 01/10/2017.

⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/em-sessao-tumultuada-camara-de-campinas-aprova-em-1-votacao-projeto-de-lei-escola-sem-partido.ghtml>>. Acesso em: 23/09/2017.

⁸ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-dia-triste-para-os-professores-do-parana-506.html>>. Acesso em: 23/09/2017.

⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professora-agredida-por-aluno-apos-expulsa-lo-de-sala-dilacerada-21730771>>. Acesso em: 24/09/2017.

pois, estes “em vez de estarem dando aula”, perdem tempo “doutrinando e manipulando” os alunos.

Mesmo que a institucionalização dos objetos político-partidários-ideológicos da ESP não seja plenamente atingida, a organização vem alcançando resultados vitoriosos, conforme Eveline Algebaile (2017, p.63). Primeiramente, a simples propositura de leis já funciona como propaganda para a ESP difundir seu ideário e captar mais adeptos. Depois, os projetos de lei incitam a vigilância, um clima de delações, suspeitas e acusações, e mesmo a autocensura dos professores. Como o teor dos projetos de leis e das propostas da ESP são por demais generalizantes e vagos, qualquer conduta ou fala de um professor pode ser enquadrada como “doutrinação” e “ofensa aos valores familiares”. Ante aos temores de exposição, condenação e perseguição pelos adeptos da ESP, os professores veem-se alvo de uma verdadeira Lei da Mordaza. Percebe-se, assim, que a liberdade de ensino, pelo menos em parte, encontra-se já tolhida, ainda que não tenha ocorrido a incorporação pelo aparato jurídico-institucional do Estado do ideário da ESP. A “Escola Sem Partido”, não obstante, peca em desconsiderar noções elementares do processo educativo e mesmo de como se dá a reprodução de uma cultura política. Serge Berstein (1998, p.349-363) entende cultura política como um conjunto coerente, em que todos os elementos estão vinculados, implicando uma forma de representação do mundo e de identidade dos indivíduos. As culturas políticas não nascem ao acaso, mas, sim, como respostas aos grandes problemas e crises vividos pelas sociedades. Como fenômeno móvel, a cultura política está mudando, evoluindo, se enriquecendo com múltiplas contribuições. São contribuições vindas de outras culturas, as ideias surgidas nas novas conjunturas, as respostas para problemas do momento.

Serge Berstein diz que a inserção de alguém numa cultura política ocorre de várias formas. Inicialmente, na família. Depois, na escola, sim, mas também na igreja, no trabalho, no exército, nas amizades, na imprensa. Até no time de futebol e no barzinho. Não há doutrinação e nenhum vetor prepondera porque são culturas que chegam ao mesmo tempo, muitas vezes de forma contraditória. No fundo, o indivíduo terá o livre arbítrio para pensar conforme as culturas políticas às quais teve acesso e que lhe fazem sentido. Não raro, mistura umas ou tudo. Então, para as ideias da ESP “prevalecerem” é preciso, também, família sem partido, imprensa sem partido, médico sem partido, policial sem partido, boteco sem partido, “Escola Sem Partido” sem partido...

Além das armas

No *site* da “Escola Sem Partido” e nos relatos de alguns professores com os quais conversamos nos últimos meses, um dos temas “passíveis” de crítica é o do ensino sobre a ditadura civil-militar de 1964. Comumente, são apontadas “visões distorcidas, mentirosas e esquerdizantes” dos professores por parte de alunos, pais e denunciadores da ESP, os quais chegam a questionar a existência de uma ditadura militar no Brasil entre 1964-85 e/ou enfatizar que o período teria sido de “ordem e prosperidade”. Essa abordagem, porém, não apresenta muitas novidades – retoma, a nosso ver, concepções que eram difundidas pelos governos militares e por apoiadores da ditadura nos anos 1960, 1970 e, ainda, 1980. Para entender nossa argumentação, acreditamos ser importante falar sobre os embates de memórias e perspectivas

historiográficas acerca da ditadura civil-militar brasileira.

Nas batalhas de memórias, os vitoriosos das lutas político-sociais se esforçam para também vencer nas construções da memória, derrotando outras memórias, as quais, contudo, buscam e podem reverter o processo. Como bem afirma Michael Pollak, (1992, p.200-212) embora a memória, a princípio, pareça um fenômeno individual, deve ser entendida, também, como um fenômeno coletivo e social, isto é, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Tais “mutações” da memória acontecem em função do momento em que ela está sendo articulada, em que ela está sendo expressa – daí porque se diz que memória é a *presentificação* do passado.

Um dos mais notáveis casos dessas batalhas e enquadramentos da memória refere-se à ditadura militar brasileira. No poder e enquanto durou a ditadura, os militares e seus simpatizantes cultivaram a memória de que 1964 acontecera como uma intervenção “salvadora em defesa da democracia e da civilização” contra o “comunismo ateu, a baderna e a corrupção”. A cada 31 de março, desfiles militares eram organizados para saudar a “gloriosa revolução libertadora do povo brasileiro”, enquanto os jornais publicavam editoriais ou matérias pagas por entidades institucionais e empresariais exaltando o governo. Nas escolas, crianças e jovens eram formados na “moral e civismo”, aprendendo uma história sem conflitos e antagonismos e de grandes vultos e feitos fantásticos para a Pátria, feitos idênticos aos acontecidos em 1964, quando “bons brasileiros” evitaram o “pior” e livraram o País de “pessoas más”... (FARIAS, 2007).

Entretanto, à medida que a ditadura tornou-se impopular e a sociedade passou a abraçar valores democráticos, basicamente a partir da segunda metade da década de 1970, outras versões ganharam vigor, expressando os interesses do momento, num processo de enquadramento de uma memória, sobretudo, conciliatória. Tradicionalmente, se diz que militares teriam perdido a batalha da memória, ganhando a responsabilidade de terem sido os únicos “culpados” pela ditadura. Denise Rollemberg (2014) questiona tal “derrota”, lembrando que para grupos militares, no contexto da transição para um governo civil, interessava o esquecimento, visto que, assim, não se apurariam as responsabilidades pelas mortes, torturas e desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura.

Na conjuntura da transição democrática pactuada a partir do final dos anos 1970, como vários setores sociais, em particular grupos liberais e conservadores, que antes haviam apoiado a ditadura, passando a questioná-la, criou-se uma memória de que todos haviam resistido, de alguma forma, ao arbítrio e ao regime da farda. Assim, se todos tinham resistido e a democracia havia sido finalmente conquistada, para que ações de vingança (entenda-se, apuração dos casos de torturas, mortes, etc.)? O importante seria a “reconciliação” da “família brasileira”. Em decorrência, tentou-se “apagar” da memória coletiva que amplos setores da sociedade civil (empresários, imprensa, Igreja, classes médias e populares, entre outros) haviam, sim, contribuído para o golpe de 64, apoiado a ditadura e mesmo financiado a repressão. Essa postura conciliatória foi mesmo abraçada por setores das esquerdas, que realizavam, então, uma reconstrução de sua atuação política nos anos 60/70, sobremaneira no que toca à luta armada.

Percebe-se aquela perspectiva conciliatória em várias obras literárias do

período. Segundo Daniel Aarão (1997), essa é a abordagem de livros como *1968 - o ano que não terminou*, do jornalista Zuenir Ventura (1988), que fala da atuação das classes médias cariocas no agitado ano de 1968, e *O que é isso, companheiro?*, do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira (1996), que conta a história do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick no Rio de Janeiro, em 1969, pelas organizações armadas ALN (Ação Libertadora Nacional) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

Tais obras, as quais se tornaram *best-sellers*, mostram a ação das esquerdas, sobretudo, como uma grande aventura, quase no limite da irresponsabilidade, com ações “piradas”, engraçadas e equivocadas, apesar de bem intencionadas. Os militantes são retratados, na maioria, como ingênuos, dotados de puros e ilusórios desejos, e que não apresentavam condições de enfrentar o “profissionalismo” da ditadura. Em consequência, pagaram um preço alto, fracassando.

Há explicações para o porquê do “sucesso” daqueles livros e abordagem. Deve-se, em parte, à maneira pela qual chegou ao fim a própria ditadura civil-militar brasileira, um processo de transição pactuada, seguro para as forças até então no comando do Estado, fruto de acordo entre os setores governantes e as forças oposicionistas conservadoras e liberais (SILVA, 2003). Assim, no contexto da “abertura lenta, segura e gradual” da ditadura e da “transição democrática” da Nova República (final dos anos 1970 e 1980), vários segmentos sociais desejavam recuperar a história agitada dos anos 1960/70 numa visão reconciliatória, sem revanchismos ou ódios, numa postura de paz e concórdia (AARÃO, 2014).

Outra abordagem, já dentro de uma produção historiográfica, está em livros como *Combate nas trevas* (GORENDER, 1999) e *O fantasma da revolução brasileira* (RIDENTI, 1993). A primeira obra, de Jacob Gorender, militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e um dos fundadores da organização armada PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), trata das motivações teóricas das esquerdas e suas razões para lutar contra a ditadura, discorrendo sobre a trajetória dos principais agrupamentos comunistas. Narra ainda sobre casos que marcaram os movimentos socialistas no período, a exemplo das mortes de Marighela e Lamarca, os atentados, os assaltos a bancos, etc. Gorender trata da estrutura institucional de repressão e de vários casos de torturas e mortes de militantes pelos agentes da ditadura.

Já o trabalho de Ridenti, apesar de igualmente abordar os grupos socialistas – destacando a perda de hegemonia do PCB (Partido Comunista Brasileiro) após o golpe de 64 –, busca analisar outros aspectos, a exemplo da produção cultural dos anos 60 (cinema, música popular, teatro, literatura) e da composição social das organizações que partiram para a luta armada, as quais, isoladas e sem apoio do resto da sociedade, acabaram massacradas pela ditadura no começo da década de 1970. A derrota da sonhada revolução socialista deixou um fantasma para assustar as esquerdas brasileiras.

Os próprios títulos das obras de Gorender e Ridenti revelam um pouco da abordagem: a luta contra uma ditadura brutal, tenebrosa, em busca de uma imagem fugidia, um fantasma, a revolução. A luta iniciou-se por pressão do Estado autoritário, que foi aos poucos limitando as margens de ação política da oposição, silenciando-a e massacrando-a numa sanha assassina. Vítima da ditadura, a esquerda teria passado para a resistência democrática.

A visão de Ridenti da luta armada como resistência é questionada por

Daniel Aarão (2000). As esquerdas não teriam sido apenas vítimas da ditadura. Havia, por parte de agrupamentos, uma postura ofensiva, revolucionária, de discussão da luta armada para a implantação do socialismo ou de um governo popular no Brasil, mesmo antes do golpe de 1964, embora a implantação da ditadura tenha aguçado a opção pelas armas. Os guerrilheiros isolaram-se dos demais segmentos sociais e não perceberam as mudanças nas conjunturas políticas e econômicas nacionais no começo dos anos 1970. Seus objetivos políticos socialistas e a opção pelas armas não seduziram o grosso da sociedade. Além disso, segmentos da esquerda não apresentavam grandes preocupações com ideais de “democracia burguesa”, desprezados francamente em seus documentos (AARÃO, 2000).

É com esse “outro” olhar que caminha uma terceira abordagem historiográfica, em obras como *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão (1990), e *Esquerdas revolucionárias e luta armada*, de Denise Rollemberg (2003), e *Além do golpe*, de Carlos Fico (2004). Para tais autores, um grupo “dissidente” de militantes socialistas do começo dos anos 1960 rompeu com as concepções defensivistas e de formação de frentes contra o imperialismo e as ações das elites nacionais, posturas comuns aos partidos comunistas latino-americanos de então, e passou a colocar como desafio imediato de suas reflexões a *conquista do poder político/institucional*.

Os exemplos internacionais mostravam a possibilidade de a revolução triunfar nesta parte do mundo: Cuba, Che Guevara, Independência da Argélia, a Guerra do Vietnã, os movimentos socioculturais da Europa e da China... O sistema capitalista estaria em crise, vacilava. Para os ativistas da esquerda brasileira, chegara a hora do “assalto aos céus”. Não era mais morrer pela revolução, mas lutar e matar por ela. A vanguarda revolucionária começaria a revolução, sendo seguida pelas massas, acreditavam.

Não existiriam, entretanto, as condições para o “ataque final” contra o capitalismo. A ditadura contava com o apoio de vários segmentos sociais, sobretudo na fase do “Milagre Econômico”, do início dos anos 1970, e o grosso da sociedade não concordava com o projeto revolucionário/socialista dos agrupamentos, nem com a tática da luta armada (CORDEIRO, 2015).

Essa abordagem historiográfica curiosamente acabou fundamentando uma visão anacrônica da ditadura que agradou a setores civis conservadores e liberais. Numa concepção bastante simplista e partindo da ideia de que as esquerdas já pensavam em armas antes de 1964, o golpe estaria legitimado para as direitas como uma maneira de “salvar a democracia e livrar a sociedade dos comunistas”, mesmo que depois tenha gerado uma ditadura. Ficava justificado igualmente o apoio que a “revolução” teve dos liberais, embora depois vários deles viessem a mudar de posição. O endurecimento do regime também seria explicado nessa linha de raciocínio, na medida em que as “medidas duras” adotadas pela ditadura (sobretudo o Ato Institucional nº. 5, em 1968), seriam entendidas e justificadas como uma reação à esquerda armada comunista e suas ações “terroristas”. Ou seja, conforme tal raciocínio, a sociedade, “democrática e desarmada”, assistiu de fora a luta entre os adeptos da ditadura e os guerrilheiros, todos antidemocráticos, e caso não existisse a esquerda armada, não teria acontecido a própria ditadura (RIDENTI, 2004, p.61).

Tal abordagem comete inúmeros anacronismos. Não é prudente analisar o passado (no caso, os anos 1960) com base numa concepção de democracia

estabelecida posteriormente, no presente. As tradições e as práticas políticas do Brasil não foram estruturadas em valores democráticos. Ao contrário, o autoritarismo é uma das principais características da sociedade brasileira (CHAUÍ, 1993). De modo geral, às vésperas de 1964, as esquerdas não eram democráticas, e muito menos as direitas e o resto da sociedade. Os atores políticos de então, inseridos naquelas tradições e práticas, e travando acirrada disputa política, não apresentavam a democracia como um valor supremo a ser destacado ou conservado.

Os segmentos conservadores já falavam em golpe bem antes das esquerdas pegarem em armas, como na crise de 1954, a qual levou Vargas ao suicídio, ou nas tramas para evitar a posse do presidente Juscelino Kubitschek, em 1955, ou na feroz oposição à posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio, em 1961. E se a questão fosse o combate à luta armada, temos que lembrar a ação legalista do próprio governo João Goulart, em 1962, na desarticulação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ligado ao principal líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que passou a defender a luta armada após contatos com Cuba. Não podemos esquecer igualmente o contexto da época – Guerra Fria – em que os EUA apoiavam golpes na América Latina para garantir o poder de seus aliados, normalmente conservadores e liberais, os quais se autoproclamavam “democratas”, embora suas práticas assim não demonstrassem...

Outro anacronismo daquela argumentação é valorizar o debate sobre democracia e esquecer um outro que mobilizava muito mais a sociedade nos anos 60, o da “revolução brasileira”, ou seja, de como o País iria superar suas contradições sócioeconômicas, tanto que os golpistas apelidaram seu movimento de “revolução de 64”. Por fim, não se pode esquecer o óbvio ululante: quem concretamente quebrou a ordem legal-democrática, em 1964, foram os militares e seus aliados civis da direita, não as esquerdas...

Os militares e seus apoiadores não deixariam de endossar sua visão do que acontecera no Brasil entre 1964-85. Contra o que se considerava a “vitimização das esquerdas e mentiras”, desde a segunda metade dos anos 1980 também surgiram obras de integrantes e simpatizantes da ditadura. É o caso, por exemplo, do livro *Rompendo o silêncio*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1987), chefe do DOI-CODI em São Paulo entre 1970 e 1974, responsável por várias mortes e casos de torturas durante o regime militar.¹⁰ Ustra justifica sua publicação sob o argumento de “defesa da pátria e da juventude” contra “a história como um panfleto que estaria sendo escrita pela esquerda”. Defende a ditadura e, curiosamente, supervalorizava a força dos que chama grupos “terroristas de esquerda”. Vê-se como um soldado, que cumpre sua missão na defesa da pátria contra a “ameaça comunista”. Ustra escreveu o livro como forma de se justificar pelo que fez e se proteger de alguma punição, visto que, com o fim da ditadura, havia um temor que os civis, rompendo os acordos que haviam feito com os quartéis, pudessem punir a “tigrada”, os militares responsáveis por crimes durante o regime, o que não aconteceu.

¹⁰ Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio_Final_CNV_Volumell>. Acesso em: 24/09/2017.

Ainda na segunda metade dos anos 1980, o general e ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves, autorizou a preparação de uma versão escrita dos militares sobre a ditadura. Surgiu, assim, o *Projeto Orvil* (livro, escrito ao contrário). O resultado foi, dois anos depois, um volumoso trabalho de quase mil páginas, justificando o golpe e a ditadura como forma última e legítima de barrar as ações das esquerdas, as quais poderiam levar à implantação no Brasil de uma ditadura socialista. No clima de valorização da democracia de então, em que poucos assumiam a defesa do regime recém-caído, o livro acabou não sendo publicado, embora, clandestinamente, circulasse entre aqueles que defendiam a “verdade” sobre os anos de chumbo. Apenas no começo da presente década, a obra foi, enfim, publicada (MACIEL; NASCIMENTO, 2012). Tal publicação, não parece ser por acaso, mas, sim, um contraponto de setores conservadores contra o que consideram desmandos das esquerdas no comando do País, desde 2002, com as eleições e reeleições de Lula e Dilma Rousseff, e o teor “revanchista” da Comissão da Verdade, que entre 2012 e 2014, buscou investigar os atentados aos direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro do período de 1946 a 1988 (ARAÚJO, 2012).

É basicamente desta quarta visão acerca da ditadura que os adeptos da “Escola Sem Partido” tiram seus argumentos. Verena Alberti (2015, p. 284) entende que o ensinamento na escola é apenas uma das formas de contato dos alunos e cidadãos com a história. Tem-se contato com a história nas salas de aulas, nos materiais didáticos e nas exposições dos professores, sim, mas igualmente na indústria de entretenimento e redes de comunicação, bem como na produção acadêmica de historiadores e cientistas sociais, sem esquecer, entre outros campos, a história cotidiana, construída a partir das memórias coletivas e experiências pessoais dos cidadãos. Essas muitas histórias oferecem conteúdos distintos, os quais podem entrar em conflito. Longe de pregar uma discussão válida sobre como a história acerca da ditadura é transmitida nas salas de aulas, a “Escola Sem Partido” defende que seja ensinada uma visão positiva no que se refere aos governos militares. Sob o discurso de “neutralidade ideológica” e da busca de uma “verdade”, exalta o autoritarismo do período, desconsidera importantes debates sobre democracia e direitos humanos (reduzidos a “doutrinação esquerdista”) e comete inúmeros erros de anacronismo. Em suma, prega, em “sentido contrário”, uma abordagem historiográfica eivada da “doutrinação” a qual acusa os professores e atenta contra elementos básicos de uma produção historiográfica digna do nome.

O professor não pode fugir de temas “espinhosos” em sala de aula. Não deve se intimidar. Deve encarar o risco de ensiná-los e se preparar adequadamente para isso, deixando bem claro que a História não tem nada de fácil ou simplório, constituindo-se, sim, em uma disciplina/ciência complexa e alvo de embates e de memórias, estando muito além de reducionismo e de uma disputa do “bem contra o mal”. Como diz Alberti:

O que se defende aqui é que as perguntas “por quê?” e “para quê?” no tratamento de assuntos controversos como o holocausto e a ditadura militar, por exemplo, levem o professor e seus alunos para além do horror e da denúncia, e permitam que se reflita sobre a) as condições de emergência de tal

horror; b) a dinâmica histórica de constituição das diferentes memórias sobre o assunto; e c) as possíveis relações com situações atuais (ALBERTI, 2015, p. 284).

Não basta apenas denunciar os crimes da ditadura. O profissional da história deve discutir os contextos (sincronia) em que o fenômeno se deu, entender os processos históricos, ao longo dos anos (diacronia), que os levaram a acontecer e entender as ligações com o presente. As disputas de memórias e as práticas da ditadura, como tortura e desrespeito a direitos humanos, não estão encerradas no passado. Ao contrário, como se percebe, estão ainda muito presentes em nossa sociedade hoje.

A ditadura na visão da “Escola Sem Partido”

No *site* da ESP¹¹, existe um espaço para que estudantes, pais e apoiadores da organização enviem denúncias e depoimentos sobre experiências de “doutrinação” em âmbito escolar. Como os depoimentos, para serem publicados, necessitam da aprovação do *site*, não há um único testemunho que contrarie o ideário de Miguel Nagib. Muitos dos eventuais professores “doutrinadores” têm os nomes expostos e o *site* não os procura para responder as acusações ou realizar o contraditório. O que está lá é visto como prova irrefutável e a quantidade de depoimentos dá a entender que os professores, sobretudo de história, seriam todos “esquerdistas” interessados em manipular os estudantes, como se o processo educativo não tivesse no aluno também um sujeito ativo.

Nos depoimentos dos apoiadores, nas denúncias ou nas manifestações da ESP na imprensa, a ditadura militar encontra-se presente. Sob o discurso de que os alunos deveriam conhecer “o outro lado de forma igualitária”, a “Escola Sem Partido” não consegue esconder o desejo de mostrar uma visão histórica mais favorável à ditadura. Trataremos de três casos a seguir.

No primeiro, tratamos de como o *site* da organização abordou uma matéria do jornal Folha de São Paulo, de 2010¹², sobre os livros usados nas escolas militares do País. O periódico paulista noticiou que são livros diferentes daqueles distribuídos entre as demais escolas públicas do Brasil, visto que são obras produzidas pela Biblioteca do Exército e com uma abordagem de exaltação do período em que o País esteve sob comando dos militares. Conforme a Folha, o livro *História do Brasil-Império e República*, utilizado pelos estudantes do 7º ano, por exemplo, omite as torturas praticadas pelos militares, diz que o golpe de 1964 foi uma revolução democrática, que a censura à imprensa foi necessária para o progresso e que as cassações políticas foram uma resposta à intransigência da oposição.

A matéria do periódico foi reproduzida no *site*, merecendo comentários do coordenador da ESP, como se identifica ali Miguel Nagib.¹³ Este, por mais que busque mostrar uma eventual “neutralidade”, acaba sempre por criticar o conteúdo da matéria do jornal e justificar a necessidade de os livros trazerem

¹¹ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/depoimentos-categoria/635-depoimento-de-r-n-23-09-2016>>. Acesso em: 24/09/2017.

¹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1306201018.htm>>. Acesso em: 24/09/2017.

¹³ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 25/09/2017.

outras visões mais complacentes com a ditadura. Nagib responde apenas a um dos questionamentos da matéria da Folha de São Paulo: o fato de os livros dos colégios militares não abordarem os casos de tortura, o que considera uma ofensa à Constituição. Os demais questionamentos da Folha ficam sem resposta em seu comentário.

A sonegação deliberada de fatos históricos – como os episódios de tortura ocorridos durante o regime militar – é um claro cerceamento à liberdade de aprender dos estudantes, direito assegurado pela Constituição Federal. (...) Por isso temos defendido a afixação, nas salas de aula ou, pelo menos, nas salas dos professores, do cartaz com os Deveres do Professor, entre os quais se destaca o seguinte: “Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais [sic] e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.”¹⁴

Esse trecho dá a entender que a ESP é contra qualquer “desvio” no processo de ensino, ainda que com uma abordagem conservadora. Provavelmente uma resposta aos que acusam o movimento de apenas questionar os “desvios à esquerda”. Mas os esforços de Nagib por “imparcialidade” no ensino da ditadura não se sustentam adiante nos comentários. Como vemos no trecho transcrito, o coordenador usa o termo regime militar para se referir à ditadura e a seguir, muda totalmente a abordagem, passando a criticar os professores, enquanto o foco da matéria da Folha são os livros. Não seria mais lógico criticar a Biblioteca do Exército, que produz os livros das escolas militares? Nos ataques à atividade docente, Nagib deixa transparecer que não domina bem como se realiza o processo pedagógico e a própria produção de conhecimento em ciências humanas. Prega que os professores deveriam se submeter às regras de um cartaz, a ser fixado nas salas com seus deveres. Entre eles, o de apresentar as diversas versões sobre os temas abordados em sala, como se isso significasse imparcialidade.

As “principais versões”, pois, deveriam ser apresentadas. Mas apenas indicar quais são as principais versões já não seria, por si, usando os termos da ESP, uma “postura ideológica”? Quem diz o que é principal? Por quê? Além disso, ante a produção acadêmica, nem todas as versões têm o mesmo peso e credibilidade. Dizer que há versões do passado, não significa afirmar que existem apenas versões. Com base em fontes e pesquisas, o historiador, de forma responsável, busca se aproximar o máximo possível do que aconteceu. Não aceitar isso por razões ideológicas ou políticas, como faz a ESP, é contrariar o que a própria organização pretende. Na intenção de franquear as versões, iguala o que não tem credibilidade equivalente, aí sim, um enorme prejuízo para os discentes.

Continua, o coordenador da ESP:

¹⁴ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/livros-didaticos-categoria/315-denuncia-da-folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 25/09/2017.

Em todo caso, mesmo não conhecendo o livro de História do Colégio Militar, duvido que ele seja mais tendencioso a favor do regime de 64 do que 99,9% dos livros didáticos o é [sic] contra ele. Em ambos os casos, quem perde são os estudantes; e quem ganha – dada a absoluta desproporção de forças – são os adversários do regime de 64.¹⁵

Nagib diz não conhecer o livro do Colégio Militar, mas dá a entender que conhece os demais livros didáticos, pois os considera em “99,9%” tendenciosos. Não apresentou nenhuma pesquisa de onde tirou essa conclusão. Então, fala por senso comum? Para o procurador paulista, se os demais livros são tendenciosos, estava justificada, assim, a distorção dos livros da Biblioteca do Exército. Os alunos seriam prejudicados em ambos os casos, mas como os livros didáticos dos “adversários do regime de 64” (não chama novamente de ditadura) são maioria, estes continuariam impondo sua visão, “distorcendo a história”. Ou seja, os eventuais erros do livro do Colégio Militar não seriam nada diante dos eventuais erros dos demais livros.

Na falta de um esforço sincero de objetividade científica por parte de quem ensina, os alunos do Colégio Militar deveriam ler os livros utilizados nas outras escolas; e os alunos das outras escolas, o livro do Colégio Militar. Pelo menos assim, todos poderiam conhecer a versão do “outro lado”; e do confronto, afinal, surgiria, talvez, para esses estudantes, uma visão menos falsa da História.¹⁶

Por fim, o coordenador da “Escola Sem Partido” volta a desqualificar os professores, que não teriam “esforço sincero para ensinar”. Acredita na possibilidade de uma objetividade científica, uma ilusão de que a maioria dos pesquisadores de ciências humanas não crê atualmente, e remonta a um tipo de conhecimento tipicamente do século XIX. Se todos os alunos lessem as versões dos respectivos livros, teriam uma visão “menos falsa da História”. Ou seja, não é necessário o professor no processo de ensino – bastavam as leituras das obras didáticas, as quais os alunos iriam absorver, para saber o que há de menos falso na história. Novamente, a “Escola Sem Partido” apela para eventuais erros de uma visão historiográfica para justificar a versão com a qual simpatiza. Em outras palavras, mais uma contradição: em vez de se buscar a “verdade e objetividade científica” que diz defender, a ESP entende que é plausível aceitar o falso, desde que seja apresentada uma versão que agrade aos defensores da ditadura.

Voltemos ao *site* da ESP, para um segundo caso abordando visões da organização sobre a ditadura. Dentre os vários relatos ali postados, encontramos um artigo sobre o seminário “Ensino da ditadura militar nas escolas”, do qual o autor do texto diz ter participado no Instituto de História da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) a 28 de novembro de 2013.¹⁷

¹⁵ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/livros-didaticos-categoria/315-denuncia-da-folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 24/09/2017.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/livros-didaticos-categoria/315-denuncia-da-folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 24/09/2017.

¹⁷ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/434-ensino-da-ditadura-militar-nas-escolas-gramscismo-puro>>. Acesso em: 25/09/2017.

Em rápida pesquisa na internet¹⁸, descobrimos que o autor era coronel reformado do Exército, o que não é informado no texto do *site*. O colaborador da ESP descreve, então, as atividades das quais participou no seminário, ressaltando sempre aspectos que comprovariam como a universidade está tomada por “pensamentos de esquerda”, buscando impor uma visão socialista aos professores, alunos e materiais didáticos do ensino básico. O depoente chama a atenção para os discursos de membros da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro no seminário e as atividades de oficinas que ensinariam como os professores poderiam trabalhar o tema ditadura em sala num viés esquerdista. Ao fim do seminário, o depoente afirma que se identificou, dando a entender que defendia a “revolução de 64”.

Antes de retirar-me, identifiquei-me, dizendo à Coordenadora [do seminário] que respeitava seus pontos de vista, mas não concordava em nada com as ideias ali expostas. Sua expressão foi de espanto. Depois, fiz entrega a uma das professoras de um material escrito (a variadas mãos) com o posicionamento de alguns militares sobre a contra-revolução [sic] democrática de 31 de Março de 1964, mesmo sabendo ser atitude vã, pois a “Academia” nunca compreenderá o tema como por nós ali descrito.¹⁹

Ao permitir esse tipo de artigo, a ESP novamente deixa transparecer que, na pretensão de combater “doutrinações esquerdistas” nas escolas, abre espaço para a difusão de versões que exaltam a ditadura, longe, portanto, de um debate mais fundamentado sobre o ensino do tema e, pior, sem o compromisso com valores democráticos. O autor do texto condenou o conteúdo do seminário, mas não teve a iniciativa ou os conhecimentos para fazer abertamente um contraponto ao que era dito durante as falas dos palestrantes. Apenas revelou-se no final, defendeu a “revolução democrática” e retirou-se da universidade. Deixou seus papéis e não esperou para ouvir o que as pessoas pensaram ou contra argumentariam. Ao contrário do que diz o colaborador da ESP, há na universidade vários estudos que mostram como era complexa a relação da sociedade civil com a ditadura e que vários setores sociais sabiam e apoiavam o que se passava no Brasil, tanto que historiadores, como Daniel Aarão (2014), preferem hoje o termo ditadura civil-militar, pelo apoio que parte da população deu ao governo dos militares. Para muitos dos segmentos mais pobres do Brasil, que concretamente nunca viveram experiências de fato democráticas – explorados economicamente, sem espaço para participação política ou para serem escutados, alvos de violência e abuso de autoridade dos agentes do Estado – não havia tanta diferença entre um governo legitimamente eleito e um governo ditatorial...

O problema, talvez, é que haja um distanciamento entre o ensino superior e a educação básica no Brasil e que as novas pesquisas acadêmicas demoram para chegar aos livros didáticos, sem falar na necessidade da qualificação continuada dos professores. Entretanto, falar dessas outras

¹⁸ Disponível em: <<http://diplomattizando.blogspot.com.br/2014/04/o-regime-militar-e-o-brasil-resposta.html>>. Acesso em: 25/09/2017.

¹⁹ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/434-ensino-da-ditadura-militar-nas-escolas-gramscismo-puro>>. Acesso em: 25/09/2017.

abordagens, como os estudos acadêmicos vêm fazendo cada vez mais, não implica em justificar o arbítrio existente entre 1964-85, como fazem os adeptos da ESP na pretensão de uma “neutralidade”. Como afirma Marc Bloch (2001), não é papel do historiador buscar realizar julgamentos morais, embora não deixe de ter também suas opiniões e posicionamentos políticos. Ficar atrás de quem foi mais “bonzinho” ou mais “ruinzinho” é muito pouco para quem deseja compreender história. No fundo, o que a ESP deseja é substituir uma versão de história que acusa de demonizar o “regime militar” por uma outra que o exalta, na busca de uma inalcançável neutralidade. Isto é, a “Escola Sem Partido” quer, na prática, impor uma “doutrinação” compatível com seu pensamento conservador, sem ater-se aos mecanismos de produção do conhecimento nas ciências humanas e com bases em justificativas por demais ingênuas.

Se grupos de esquerda pegaram em armas, praticaram assaltos a bancos, sequestraram, etc., isso não implica em justificar o que a ditadura militar fez, ao sistematicamente desrespeitar direitos humanos, torturar, eliminar adversários, espionar a sociedade, etc. Os militantes de esquerda, com seus ideais e equívocos, pagaram um preço alto por sua empreitada, mortos que foram, torturados ou condenados a cumprir longas penas, como aconteceu no presídio cearense Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) e outros Brasil afora. Os crimes praticados por torturadores, por outro lado, ficaram impunes, beneficiados que foram pela Anistia de 1979. No Brasil, nenhum torturador foi punido e não se procurou difundir entre as forças militares e policiais uma efetiva política de valorização da democracia e respeito a direitos humanos. Não por acaso, a tortura continua como prática comum do sistema prisional ainda hoje (ARAÚJO, 2012). Em suma, os erros das esquerdas não devem ser usados como desculpa para justificar o autoritarismo reinante e a repressão feita pela ditadura civil-militar. Na Europa, em países como Itália e Alemanha, por exemplo, houve grupos guerrilheiros nos anos 1970 e nem por isso aqueles países viraram ditaduras ou realizaram sistemáticos e difusos desrespeitos aos princípios mínimos de direitos humanos (ARAÚJO, 2000). Não era preciso uma ditadura para combater os grupos armados de esquerda, como deu-se no Brasil.

Sem falar que nem todos os perseguidos eram adeptos da tática de guerrilha. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) “esvaziou” após 1964, exatamente por não aceitar a luta armada. Mesmo assim, teve inúmeros de seus membros presos e torturados, sobremaneira após meados dos anos 1970, depois do desbaratamento das organizações armadas – isso porque a burocracia da repressão necessitava justificar sua existência (FICO, 2001). Muitos cidadãos tiveram suas vidas pessoais, carreiras profissionais, trajetórias acadêmicas prejudicadas por denúncias falsas, sem que tivessem qualquer relação com organizações políticas. Um dos aspectos mais trágicos de um regime de exceção é que delações e acusações, sem garantia do legítimo direito de defesa e contraditório, podem ser usadas para perseguições e exposições de pessoas. Qualquer semelhança com algumas das práticas autoritárias da “Escola Sem Partido” não é mera coincidência...

Em outro artigo, a ESP reproduz, como prova da “doutrinação docente”, matéria do sítio educativo *Brasil Escola* sobre Carlos Marighela.²⁰ Embaixo da

²⁰ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/16-aglamorizacao-de-um-terrorista>>. Acesso em: 26/09/2017.

matéria, a ESP traz vários comentários de pessoas que expressavam os ideários da organização de Nagib no referido sítio. São comentários que reproduzem os argumentos usados pela ditadura militar para se referir aos militantes da esquerda armada. Marighela é chamado de terrorista; são enumerados vários de seus “crimes”, bem como os de Che Guevara e, para justificar o autoritarismo da ditadura brasileira, um dos depoentes compara o que aqui deu-se com práticas autoritárias em Cuba, China, URSS e em outros países do socialismo real.

Como se percebe, a argumentação dos simpatizantes da ESP é repetitiva: o “regime militar” aconteceu para evitar a implantação de um governo comunista no Brasil, coisa que a historiografia há muito refutou. Dizer que Fidel Castro e João Goulart tinham projetos políticos semelhantes parece algo historicamente questionável, um anacronismo grosseiro (FERREIRA, 2007).

A ideia de criminalizar os militantes da esquerda armada igualmente é típica dos anos 60/70. O governo militar brasileiro, por anos, não reconheceu a existência de presos políticos e, pela legislação da época, os ativistas de esquerda deveriam ser tratados como presos comuns, o que, na prática não acontecia, denotando que a ditadura reconhecia implicitamente a existência de seus inimigos políticos encarcerados. Usar termos como “terrorista” ou “guerrilheiro” denotam, por si apenas, um choque de memórias, entre direitas e esquerdas, respectivamente, embora haja em ciências políticas uma boa distinção a ser aplicada.

Conforme Norberto Bobbio (2000, p. 152, 577, 578, 1242 e 1243), o termo **guerrilha** refere-se à forma de luta armada revolucionária cujo objetivo é a conquista do poder, destruindo as instituições existentes e emancipando socialmente as populações – como desejavam os grupos armados brasileiros dos anos 1960 e 1970 –, e não a uma simples tática militar. Conforme Bobbio, essa nova acepção de guerrilha vincula-se diretamente à experiência vitoriosa da revolução Cubana de 1959. A expressão é distinta, pois, do sentido empregado pela ditadura militar, a imprensa e seus aliados, como sinônimo de **terrorismo**, entendendo-se por este, conforme ainda aquele pensador, a prática política que recorre sistematicamente à violência contras as pessoas ou às coisas provocando o terror, isso de forma indiscriminada, ou seja, atingindo não somente o inimigo de classe, mas quaisquer pessoas próximas.

Conclusão

Acreditamos que a escola é um espaço de pluralidade de ideias, em que as diferenças se encontram, se cruzam e dialogam. A proposta da ESP é privar os estudantes da criticidade, construir um mundinho em que cada um só conheça e aceite a sua própria realidade familiar, religiosa e política. Na escola deve ocorrer, sim, a aproximação de sujeitos plurais, que possuem experiências de vida diferentes, formação familiar múltipla, distintas concepções de mundo. A sala de aula deve ser espaço para diálogos entre o que é semelhante e também diverso. Os assuntos que são de domínio público estão presentes no cotidiano escolar, nas salas de aula, nos corredores da escola, nas reuniões de professores, nas residências, nas ruas. Assim, o

conhecimento não pode ser restrito, a liberdade de pensamento e de crítica devem ser estimuladas, e não cerceadas. Percebemos que a organização “Escola Sem Partido” não tem sido coerente em suas propostas. Por mais que tente construir uma imagem de imparcialidade, a ESP demonstra no seu *site*, através dos depoimentos que seleciona, dos artigos que publica e de seus posicionamentos, que apresenta, sim, um “partido” e posicionamentos ideológicos conservadores. Percebe-se isso nos discursos inflamados sobre questões de gênero, religiosas, de organização familiar, entre outros temas. Em vez de um debate democrático, com respeito ao contraditório, a ESP expõe profissionais da educação e instituições escolares, com base apenas nas denúncias de seu *site*, tomadas como verdadeiras e “provas” irrefutáveis da “doutrinação” realizadas pelos docentes em sala de aula e nos materiais didáticos.

Além disso, propostas de leis inspiradas pelo ideário da ESP tramitam em várias casas legislativas Brasil afora, verificando-se, por outro lado, as mobilizações de professores contra a aprovação dessas medidas²¹, verdadeiras leis da mordaza, com enormes prejuízos para o processo de ensino. Os docentes tentam ocupar os espaços de discussão e contribuir com outras reflexões. Não que o ensino de temas em sala, como a ditadura civil-militar, de 1964-85, não possam ser alvo de debates e aprimoramentos, mas é inaceitável que se aceitem discursos minimizando os 21 anos de autoritarismo, o desmantelamento da educação pública, a violação de direitos humanos, a censura e o cerceamento da liberdade de pensamento.

Referências

AARÃO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AARÃO, Daniel et al. (Orgs.). **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

AARÃO, Daniel. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AARÃO, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça**

²¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/contraoescolasempartido>>. Acesso em 26/09/2017.

a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 63 e seguintes.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In. _____. FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Orgs.). **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CORDEIRO, Janaina Martins de. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FARIAS, José Airton de. **Alem das armas**: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela Castro. **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro; FGV, 2007.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes (Orgs). **Tentativas de tomada do poder (Orvil)**. São Paulo: Schoba, 2012.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: AARÃO, Daniel et al. **O golpe e a ditadura militar**. São Paulo: EUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1864 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-85. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, V. 4.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Brasília: Editorial, 1987.

VENTURA, Zuenir. **1968 - O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Internet

Zezé Di Camargo é detonado após afirmar que não houve ditadura no Brasil e dispara na internet

Disponível em: <<http://www.otvfoco.com.br/zeze-di-camargo-e-duramente-criticado-por-internautas-apos-afirmar-que-nao-houve-ditadura-no-brasil/>>. Acesso em: 23/09/2017.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/em-sessao-tumultuada-camara-de-campinas-aprova-em-1-votacao-projeto-de-lei-escola-sem-partido.ghtml>>. Acesso em: 23/09/2017.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professora-agredida-por-aluno-apos-expulsa-lo-de-sala-dilacerada-21730771>>. Acesso em: 24/09/2017.

Disponível em: <<http://escolasempartido.org/depoimentos-categoria/635-depoimento-de-r-n-23-09-2016>>. Acesso em: 24/09/2017.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1306201018.htm>>. Acesso em: 24/09/2017.

Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/livros-didaticos-categoria/315-denuncia-da-folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 24/09/2017.

Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/livros-didaticos-categoria/315-denuncia-da-folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 24/09/2017.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: www.cartacapital.com.br/.../comissao-da-verdade.../relatorio.../Relatorio_Final_CNV_Volumell>. Acesso em: 24/09/2017.

Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 25/09/2017.

Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/livros-didaticos-categoria/315-denuncia-da-folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 25/09/2017.

Disponível em: <<http://escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/434-ensino-da-ditadura-militar-nas-escolas-gramcismo-puro>>. Acesso em: 25/09/2017.

Disponível em: <<http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2014/04/o-regime-militar-e-o-brasil-resposta.html>>. Acesso em: 25/09/2017.

Disponível em: <<http://escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/434-ensino-da-ditadura-militar-nas-escolas-gramcismo-puro>>. Acesso em: 25/09/2017.

Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/16-a-glamorizacao-de-um-terrorista>>. Acesso em: 26/09/2017.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/contraoescolasempartido>>. Acesso em: 26/09/2017. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 01/10/2017.

Enviado em: 03/abril/2018

Aprovado em: 17/março/2019

Ahead of print em: 26/agosto/2019